

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Andréa Tonini

Este trabalho desenvolveu-se no ano de 2000 em uma escola pública Estadual localizada em Santa Maria/RS, que aderiu à proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de ensino. Objetivou analisar como os profissionais da educação especial estão se estruturando nas salas de recursos para atender o processo de inclusão, bem como qual a aceitação e expectativa dos mesmos em relação a esse processo.

A pesquisa desenvolveu-se em uma escola pública Estadual localizada em Santa Maria/RS, que aderiu à proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de ensino.

A escolha da escola se deu a partir de três critérios: o tempo em que a escola está realizando a proposta de inclusão ; a presença de um número significativo de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos no ensino comum ; a oferta de atendimento na sala de recursos.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de abordagem qualitativa (descritiva), numa perspectiva etnográfica, que em educação preocupa-se em pensar o ensino e a aprendizagem sob o viés de um contexto sócio-cultural.

A coleta de dados foi realizada por um período de dois semestres, visando um acompanhamento longitudinal do processo de inclusão, e se deu através de uma entrevista semi-estruturada, apresentada em forma de uma matriz de entrevista, e de observações participantes.

Objetivamos com este trabalho, analisar como os profissionais da educação especial estão se estruturando nas salas de recursos para atender o processo de inclusão, bem como qual a aceitação e expectativa dos mesmos em relação a esse processo.

Os sujeitos desta investigação foram 3 professoras das salas de recursos para deficientes mentais (Bianca, Tatiana e Salete).

Para que se tenha um conhecimento da escola, onde foi realizada esta pesquisa, serão apresentados alguns aspectos significativos da mesma.

A escola pertence à 8ª Coordenadoria de Ensino Estadual, situando-se em um bairro perto do centro da cidade. No ano de 2000, tinha 1994 alunos matriculados, 151 professores, sendo que 104 ministrando aulas e os demais exercendo outras atividades.

Em relação à distribuição de turmas, no turno da manhã a escola oferece 21 turmas, incluindo 1 classe especial, 1 pré-escola, 7ª e 8ª série do ensino fundamental e ensino médio completo. No turno da tarde a escola oferece 21 turmas, incluindo 1 classe especial, 1 pré-escola, e turmas de 1ª a 6ª série do ensino fundamental. No turno da noite oferece 22 turmas, incluindo o Projeto ler , 1 turma de 8ª série do ensino fundamental e o ensino médio completo. As salas de recursos não estão incluídas nestas turmas, sendo que a escola tem 2 salas de recursos para deficientes mentais que funcionam em turnos opostos com professoras diferentes e uma sala de recursos para deficientes visuais com outra professora.

Tomaremos como referencial teórico das salas de recursos ou classes de apoio à integração, como é denominado por Jiménez (1997), o modelo da Espanha pela sua influência em nosso país, visto no acervo bibliográfico a respeito da escola inclusiva no Brasil.

Na Espanha, segundo Jiménez (1997), para potencializar e qualificar as classes especiais, a sua maioria passou de classes segregadas, fechadas, com um grupo permanente de alunos, a classes de integração, abertas, com um grupo de alunos que recebem apoio periódico.

No Brasil, as classes especiais não passaram a ser classes de apoio e/ou recursos. O que aconteceu foi a introdução de novas classes denominadas salas de recursos ou apoio, que se assemelham muito com a proposta da Espanha de classes de apoio à integração.

O professor de apoio, para Jiménez (1997, p.48) " é aquele que dedica a sua atenção profissional ao aluno com necessidades especiais, integrados em escolas de ensino regular", sendo este o conceito também proposto para as professoras de apoio desta escola.

As salas de recursos para deficientes mentais na escola pública Estadual pesquisada, foram oficialmente regulamentadas em setembro de 1998, sendo que cada uma está sob a responsabilidade de uma professora. Isso não quer dizer que não trabalhem integradas, bem pelo contrário, todas as decisões são tomadas em conjunto.

Apesar das salas serem regulamentadas somente em 1998, desde 1994 as professoras da classe especial, que são as mesmas da sala de recursos, realizavam um trabalho de apoio em turno diferente ao da classe especial com os alunos que tinham, segundo a professora Bianca, um maior potencial a ser desenvolvido para que depois fossem encaminhados para o ensino comum. Trata-se de um trabalho mais direcionado aos alunos que poderiam entrar no ensino comum, tipo de uma preparação para a inclusão, e não com os alunos que já estavam no ensino comum. Até porque antes de 1998, segundo a professora Bianca, "eram poucos que ingressavam no ensino regular". Bianca comenta sobre o início do trabalho na sala de recursos:

Ela iniciou com o trabalho de apoio aos alunos da classe especial. Não seria apoio propriamente, mas de intensificar o trabalho que se realizava na classe especial mas em menor número de alunos, até individual muitas vezes, para que aquele aluno conseguisse desenvolver o potencial dele, que tinha e que a gente via que estava sendo desperdiçado em detrimento de outras situações inevitáveis dentro de uma sala de aula de educação especial. Temos inúmeros tipos de deficiência dentro de uma sala de aula. Tipos de deficiência então, que de certa forma, em momentos auxiliam, ajudam, é positivo, e em momentos é negativo também.

Assim, o trabalho da sala de recursos, antes de ser regulamentado nesta escola, era complementar aos alunos não incluídos no ensino comum, mas que apresentavam habilidades, potencialidades para se desenvolver, que na classe especial, no grande grupo, não eram bem estimuladas devido a inúmeros fatores que interferiam, sendo necessária essa forma de atendimento em turno distinto para os alunos. Esse procedimento das professoras foi anterior a qualquer discussão sobre a inclusão, oriundas da Declaração de Salamanca ou da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/96.). Ele se deu pelo fato de as professoras terem consciência do potencial latente de vários alunos da classe especial e do desfavorecimento da mesma para este desenvolvimento, onde há inúmeros alunos com vários tipos de deficiência, umas mais acentuadas, outras menos, que impossibilitam um trabalho mais individualizado e direcionado às aprendizagens escolares exigidas para seu ingresso no ensino comum.

O termo "exigidas" deve-se ao fato de que, hoje, para um aluno ser incluído no ensino comum, ele passa por um processo de avaliação feito pelas professoras da classe especial. Esta avaliação é uma prova com os conteúdos do ano anterior do ensino comum, ou seja, se for incluído na 2ª série, fará uma avaliação da 1ª série, para que a escola, os professores mais precisamente, não tenham motivos, segundo a professora Bianca, "(...) para dizer que este aluno não está preparado, usando a avaliação dos próprios professores. O aluno, sendo aprovado nessa avaliação, está aprovado para o ensino regular".

Para as professoras da classe especial, as profissionais que encaminham estes alunos para o ensino comum, não seria necessário este tipo de avaliação, pois, quando elas propõem este encaminhamento às coordenadoras pedagógicas e aos professores do ensino comum, eles têm o conhecimento de que o aluno tem condições, por inúmeras observações e avaliações ocorridas no decorrer do trabalho realizado na classe especial.

Este procedimento, pode-se dizer que é uma medida cautelosa, uma estratégia por parte das professoras da classe especial, na tentativa de evitar qualquer questionamento sobre a capacidade desses alunos. Até hoje, todos os alunos que foram incluídos, com exceção de um, frequentaram a classe especial, saindo desta diretamente para o ensino comum.

Mesmo sendo uma iniciativa das professoras que encaminham esses alunos e não dos professores do ensino comum, essa atitude revela que ainda é o aluno que tem que estar apto para entrar no ensino comum, que tem que mostrar as suas habilidades e potencialidades e não ao contrário, a escola, o professor mostrar que tem habilidades e potencialidades para atender alunos com necessidades educacionais especiais, permanentes ou transitórias, em sua classe. Esta é uma concepção que está paulatinamente sendo modificada entre os professores.

As classes especiais desta escola, recebem, além de alunos com deficiência mental, alunos encaminhados por outras escolas, geralmente escolas comuns de ensino, por repetirem mais de uma, duas, três, quatro vezes a 1ª ou 2ª série, passando a ser considerados alunos com distúrbios de aprendizagem. Sendo as classes especiais, muito procuradas devido ao reconhecimento do trabalho realizado em prol da inclusão, estão superlotadas atualmente.

Em relação à função da sala de recursos, mais precisamente, do professor de apoio, Jiménez (1997, p.49) elenca algumas, que no decorrer da exposição, serão analisadas conforme o trabalho proposto pela escola. São elas:

a) a elaboração de programas gerais, adaptados ao desenvolvimento individual e necessários para

o concreto atendimento dos alunos que o necessitam;

b) o seguimento desses programas com cada aluno;

c) pôr em prática aspectos concretos dos programas que requeiram uma atenção individualizada ou em pequeno grupo, dentro ou fora da sala;

d) a orientação dos professores de ensino regular responsáveis pelos alunos, no que se refere ao atendimento educativo concreto desses alunos com necessidades educacionais especiais, assim como outras orientações para prevenção de possíveis dificuldades que, de modo geral, possam surgir nos restantes alunos dos grupos;

e) a elaboração de material didático;

f) a colaboração com o prof. tutor, nas reuniões de orientação dos pais, com vistas a conseguir uma participação ativa no processo educativo dos filhos;

g) servir de elo e elemento coordenador entre as equipas de apoio do setor e da escola.

O atendimento na sala de recursos é realizado sempre em turno diferente do que os alunos têm aula no ensino comum, individualmente ou em grupos de, no máximo, quatro alunos, duas vezes por semana e com o tempo reduzido de, no mínimo, 1h e, no máximo, 2h, em função, de acordo com a professora Bianca, do grande número de alunos que se tem e dos níveis diferenciados.

O grupo geralmente é formado conforme os níveis de desenvolvimento de cada aluno e não necessariamente por série, até porque não se prevê o reforço pedagógico. E, nos casos em que se trabalha individualmente, segundo a professora Bianca, "é em função da aceitação do aluno, da resposta do trabalho que ele dá, que é diferenciada se é no grande grupo, se é no pequeno grupo". Portanto, os grupos são flexíveis e rearranjados durante o ano conforme o trabalho e resposta do aluno.

Em relação às salas de recursos, elas diferem no atendimento devido ao alunado que as compõem. A sala de recursos do turno da tarde, que é da responsabilidade da professora Tatiana, atende 6 alunos, sendo 1 aluno incluído no ensino comum, e os demais estão em processo de adaptação para a inclusão.

O aluno incluído, ingressou direto na pré-escola, vindo a professora observar certas dificuldades (atenção, raciocínio e coordenação) e solicitar auxílio na sala de recursos, o que representa um avanço em termos de encaminhamento, pois, há alguns anos atrás, esse aluno seria encaminhado pela professora do ensino comum à classe especial.

Esta sala de recursos difere em alguns aspectos das propostas atuais, pois as salas de recursos tiveram a sua origem com a finalidade de apoiar o aluno com necessidades educacionais especiais que estão freqüentando o ensino comum e não alunos com a possibilidade de freqüentar. Acreditamos que a escola tem que repensar essa questão e viabilizar outros meios para não descaracterizá-la, fazendo com que o período preparatório para a inclusão não ocorra na sala de recursos, onde já se tem muitas responsabilidades e coisas para fazer em função destes que estão no ensino comum.

sala de recursos que funciona pelo turno da manhã, sob a responsabilidade da professora Bianca e, após, da professora Salete, atende 11 alunos incluídos no ensino fundamental, da 1ª a 4ª série.

Em relação à proposta desta sala de recursos, a professora Bianca comenta:

É trabalhar com os alunos sempre buscando não dar um reforço pedagógico, mas trabalhar as necessidades básicas para que ele venha conseguir acompanhar o grupo, o conteúdo, as disciplinas que ele vai avançando e trabalhar junto aos professores. (...) O objetivo é desenvolver ao máximo o potencial do nosso aluno, do aluno que está incluso no ensino regular, e para que isso aconteça se realiza um trabalho junto aos professores também.

Na proposta está bem clara a questão do reforço pedagógico, pois a sala de recursos pode ser confundida, e muitas vezes é, entre os professores, como uma sala de reforço, que, aliás, existe nesta escola, atribuindo-lhe a função de um simples reforço de conteúdos, atividades e temas. Mas o objetivo é atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e a dos professores em relação a eles. Como diz Jiménez (1997, p.49) " a função é a elaboração de programas gerais, adaptados ao desenvolvimento individual e necessários para o correto atendimento dos alunos que o necessitam". Um aspecto negativo para a professora Bianca, em relação ao trabalho com o professor, é justamente a questão de que "é difícil para o professor compreender que nós não trabalhamos com ele simplesmente o reforço escolar. Não se faz esse tipo de trabalho, não se faz os temas com ele". Em função desta idéia do reforço, a professora relata que os professores acabam exigindo mais dos alunos em termos de conteúdo.

Isto demonstra que o processo de inclusão para os professores, é algo que precisa ser ainda muito trabalhado, pensado, discutido, pois todo o processo de inclusão desta escola quem está buscando,

mostrando o caminho, são as educadoras especiais, que muitas vezes não o conhecem, tentando, assim, buscar junto aos professores alternativas.

A forma que está ocorrendo o trabalho com os professores é através das dificuldades que eles enfrentam na sala de aula com o aluno, pois, para a professora Bianca "é a forma que eu encontrei de poder me comunicar e ajudá-los de certa forma, porque eu não sabia de que forma, como se fazer esse trabalho, uma vez que é algo novo, e que em função, volto a dizer, em função do tempo que a gente não tem".

A questão do tempo é algo que realmente merece uma atenção especial por parte de todos os professores da escola, pois, se não há tempo devido à carga horária estar toda distribuída em atividades didáticas frente a aluno, como é a realidade atual desta escola, jamais se formará uma rede de apoio. Como Mrech (1999, p.1), ao apresentar algumas características de projetos de escola inclusiva: "colaboração e cooperação - na escola inclusiva tem que haver um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda".

Na escola inclusiva, a relação professor de apoio e professor tutor, como é denominado por Jiménez (1997, p.49-50), deve ser de comunicação permanente, que abranja tarefas como:

- Cooperação na elaboração das adaptações curriculares e/ou programas de desenvolvimento individual das crianças integradas. É interessante chegar à conclusão da necessidade de programar conjuntamente todo o plano anual de atividades escolares, para que a criança com necessidades educacionais especiais possa participar na dinâmica geral da classe.

- Acompanhamento dos programas das crianças integradas. Na avaliação e seguimento conjunto dos programas, ir-se-ão adequando conteúdos, atividades e material, de modo a encontrar formas possíveis de aprendizagem e de contatos sociais para todas as crianças da sala.

O que tem sido feito nesta escola em relação ao trabalho com os professores são orientações esporádicas em momentos informais, como na hora do recreio, entrada e saída dos professores na escola e, em alguns casos, observação e orientação na sala de aula que o aluno frequenta.

Desde 1999, quando a escola passou a receber estagiária do Curso de Educação Especial para Deficientes Mentais da Universidade Federal de Santa Maria, esse trabalho de orientação, observação e acompanhamento em sala de aula do ensino comum começou a ser viabilizado. Também ocorreu, após a entrada da professora Salete, que intercalou o seu horário na escola (20h) para atender os alunos na sala de recursos e alguns professores em sala de aula.

Faz-se necessário lembrar que as professoras das salas de recursos o são também das classes especiais, em turnos diferentes, o que as impossibilita de realizarem um trabalho com os professores do ensino comum, porque ora estão atendendo a alunos na classe especial, ora estão atendendo outros alunos na sala de recursos. A escola tem que urgentemente repensar as prioridades do professor da sala de recursos, começando pela exclusividade deste profissional nesta sala/atendimento.

Sobre a forma como está ocorrendo o processo de inclusão na escola, frente aos posicionamentos do que é uma escola inclusiva, começamos citando a opinião da professora Tatiana por ela realizar uma comparação do que foi antes e o que é agora:

(...) eles iam mas iam de uma maneira mais tímida, tinha que "brigar" muito. Tu tinhas que lutar para ter o direito, o direito de ir. Hoje não, hoje é de uma maneira natural, quer dizer, há uma aceitação. Já se sabe que isso é um processo natural, que acontece. E antes não, antes eu tinha que chegar muito delicadamente e pedir "pelo amor de Deus, eu tenho um menino que está indo bem, dá uma chance para ele, eu só quero uma chance", quando ele tinha o direito.

Essas mudanças ocorreram por inúmeros fatores na escola, sendo o principal a experiência que cada professor que aceitou um aluno da classe especial em sua turma foi tendo e observando que eles, "alunos deficientes", conseguem se desenvolver e aprender, surpreendendo alguns professores, quando estes mencionam que "nem parece que foi da classe especial", por apresentar capacidades e habilidades iguais e/ou superiores aos alunos que nunca pertenceram a esta classe.

A professora Tatiana considera que hoje eles são tratados com respeito, as diferenças são consideradas, são respeitadas, sendo essa a diferença para ela entre a integração e a inclusão. Também existe um outro fator importante atualmente:

todas as professoras sabem que ele têm o direito, porque nós tínhamos que pegar leis e constituição e tudo mais para provar, porque, inclusive, até bem pouco tempo perguntavam para nós onde estava na lei essa parte ligada à educação especial. Aí parece que o pessoal se conscientiza.

Com isto ela quer dizer que, hoje, os professores não questionam o porquê de eles terem que atender um aluno da classe especial, por ser do conhecimento de todos que é um direito garantido por

lei. No caso da inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, o direito está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, em seu art.58, que diz que esse aluno deve ser atendido preferencialmente na rede regular de ensino, mesmo que o termo preferencialmente não garanta esse direito, pois não é obrigatório.

Claro que, ao considerar este fator como um dos que influenciou na mudança de comportamento dos professores, tem que se ter claro o porquê desta lei, deste direito. Baptista, apud Schmidt (2000), considera que as políticas de inclusão têm sido fortalecidas a partir de movimentos sociais pelo direito à cidadania e pelo acesso a uma escola pública de qualidade. Ou seja, pensarmos que a escola é inclusiva simplesmente porque inclui alunos com deficiência no ensino comum é reduzir a sua amplitude, por se tratar de uma reforma geral em termos de qualidade de ensino que deve ser oferecido a todas as pessoas, inclusive às que apresentam necessidades educacionais especiais.

O que se percebe é que, aos poucos, a escola está "despertando", aos poucos a equipe diretiva começou a se preocupar, os professores começaram a aceitar, os pais dos alunos estão percebendo que este processo está ocorrendo na escola. Está sendo assim: gradativamente a comunidade escolar está se envolvendo neste processo.

Em relação à contribuição do trabalho realizado na sala de recursos para o processo de inclusão, as três professoras acreditam estar contribuindo, mas que ainda há muitas coisas a serem feitas com a comunidade escolar, como podemos observar do depoimento da professora Salete:

Acho que está contribuindo. Agora efetivamente vai estar quando estiver toda a direção, escola, funcionários, alunos, etc. Daí sim, eu acho que os mediadores da sala de recursos vão ter feito, ter desempenhado seu papel. É claro que esse papel é contínuo, sempre vai acontecer, eu tenho consciência, são casos e casos de adaptações.

O trabalho do professor de apoio está mais voltado para o aluno na sala de recursos, pois, em função do tempo que as professoras têm disponível, deram prioridade ao atendimento das necessidades específicas apresentadas por eles, acreditando ser este o apoio no momento mais urgente e necessário para que o aluno tivesse êxito.

Um aspecto que as três professoras consideram que precisa ser revisto é a disponibilidade das professoras das salas de recursos em dois turnos, num para acompanhar o aluno e no outro para acompanhar e trabalhar com os professores em sala de aula e com os demais membros da comunidade.

Portanto, para as professoras das salas de recursos, o que deve ser feito, que ainda não foi, é um trabalho mais efetivo com os professores do ensino comum de planejamento em conjunto e acompanhamento mais efetivo em sala de aula, de orientação e esclarecimento para os pais dos alunos sem necessidades educacionais permanentes e para os alunos do ensino comum.

Questionadas sobre as expectativas em relação ao processo de inclusão, as três professoras demonstraram ter expectativas favoráveis, mas destacam duas questões para que o processo continue se efetivando, que são a concepção do professor em relação ao aluno incluído e as adaptações curriculares que vão acontecer ou não em função desta concepção.

De acordo com Karagiannis et al (1999, p.31) o processo de inclusão, "é um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção". É nesse sentido que começamos a fazer as considerações finais sobre os profissionais da educação especial e o processo de inclusão escolar, pois, para que os alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiem deste processo, é necessário que ocorram mudanças de pensamentos e, conseqüentemente, de ações.

É inegável o fato de que a escola precisa modificar-se em vários aspectos para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum. Também precisa avaliar o que já foi feito de positivo e negativo até este momento, para poder planejar novas ações e aperfeiçoar as existentes que estão sendo favoráveis à escola, porque a cada ano estão ingressando mais alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum, envolvendo mais pessoas no processo (pais, alunos e professores).

O educador especial para o processo de inclusão desta escola está sendo a âncora para tudo e todas as decisões passando a ser um profissional supervalorizado por considerarem-no o único mediador das questões advindas da inclusão, como as dificuldades escolares do aluno na classe, dificuldades que o professor encontra para atendê-los, entre outras que possam surgir. É certo que as escolas inclusivas deveriam ter outros profissionais de apoio para colaborar com o professor e atender o aluno em suas necessidades específicas, mas o profissional com que atualmente a escola pode contar é o educador especial.

O que pretende-se é que aos poucos, com muito estudo, informação, conhecimento e parceria, o processo ganhe autonomia em relação às professoras da Educação Especial. Que a equipe diretiva e os

professores não se sintam tão dependentes e inseguros para tomarem decisões, passando toda a responsabilidade para essas professoras.

A cada ano o processo está ganhando novas dimensões, o que preocupa um pouco a escola, mais precisamente os professores que estão envolvidos hoje com o processo, por perceberem que não é uma utopia, que os alunos, apesar de não terem as condições escolares adequadas para as suas necessidades, estão evoluindo e precisarão a cada ano que a escola se modifique para atendê-los.

Os professores, em sua grande maioria são oriundos de cursos de formação que não previam conhecimentos necessários para atender alunos com necessidades educacionais especiais, por terem como referência o aluno médio, e conseqüentemente, a homogeneização e inflexibilidade do ensino. Hoje, com o processo de inclusão, que requer inovações educacionais, sentem-se despreparados, precisando necessariamente de um apoio educacional para conseguirem avaliar os problemas e as necessidades oriundas dos alunos e da sua prática de ensino.

A construção e manutenção de um espaço dialógico na escola é fundamental para o prosseguimento deste processo, assim como o trabalho de apoio, que deverá ser reestruturado para atender os alunos e professores em sala de aula, e para que sejam viabilizados, junto aos professores da sala de aula, programas de ação educacional para os alunos com necessidades educacionais especiais, visando sempre a um trabalho coletivo em sala de aula, pela influência que este tem para o desenvolvimento e aprendizagem de qualquer criança. O trabalho de apoio está muito direcionado aos alunos na sala de recursos, o que sem dúvida está contribuindo para o processo escolar destes alunos, mas não deve ficar restrito a eles e sim ser dinamizado principalmente para os professores do ensino comum.

BIBLIOGRAFIA

JIMÉNEZ, Rafael Bautista. Modalidade de escolarização. A classe especial e a classe de apoio. In: _____. (Cord.) Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivro, 1997, p.37-51.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Susan; STAINBACK William. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.) Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.21-34.

MRECH, Leny. O que é educação inclusiva? 1999. 3p. Disponível em: <http://www.regra.com.br/educação>
Acesso em: 13 de abril, 1999.

SCHMIDT, Saraí. Inclusão ou Exclusão. NH na escola. Novo Hamburgo, 29 de abril, 2000. Seção Sociedade, p.1-3.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2001 - Nº 18 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**